

▶ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE  
ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE  
REPRESENTAÇÃO NO BRASIL

Doenças Transmissíveis e Determinantes Ambientais da Saúde

▶ MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de Saúde Ambiental, do Trabalhador e Vigilância das Emergências em Saúde Pública - DSASTE (SVS/MS)

# 2021

## RELATÓRIO TÉCNICO

# 69

Vigilância em Saúde Ambiental e do Trabalhador no SUS



## 1. IDENTIFICAÇÃO DO TC/TA

<b>NÚMERO DO TC:</b>	69		
<b>TÍTULO DO TC:</b>	Vigilância em Saúde Ambiental e do Trabalhador no SUS		
<b>Objeto do TC:</b>	Gestão do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde fortalecida para colaborar com a consolidação do SUS nos temas de saúde ambiental e saúde do trabalhador		
<b>Número do processo:</b>	25000.181683/2011-89	<b>Número do SIAFI:</b>	25000.173753/2011-25
<b>Data de início</b>	28/12/2011	<b>Data de término:</b>	27/12/2021

<b>DETALHAMENTO DO TA</b>	<b>Nº</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
TA:	1	recurso	R\$9.762.000,00
TA:	2	recurso	R\$9.220.000,00
TA:	3	recurso	R\$6.897.226,00
TA:	4	prorrogação	R\$0,00
TA:	5	recurso	R\$11.220.000,00
<b>Valor Total no TC:</b>			<b>R\$ 37.099.226,00</b>

### ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA CONTRAPARTE

<b>Área técnica</b>	Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de Saúde Ambiental, do Trabalhador e Vigilância das Emergências em Saúde Pública - DSASTE (SVS/MS) (SVS/MS)		
<b>Responsável:</b>	Daniela Buosi Rohlfs		
<b>Endereço:</b>	Edifício PO 700, 6º andar		
<b>Telefone:</b>	(61) 32138081	<b>E-mail:</b>	daniela.buosi@saude.gov.br

### ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA OPAS/OMS

<b>Área técnica</b>	Doenças Transmissíveis e Determinantes Ambientais da Saúde (UT CDE)		
<b>Responsável:</b>	Miguel Angel Aragón López		
<b>Endereço:</b>	Setor de Embaixadas Norte, Lote 19 - Brasília, DF		
<b>Telefone:</b>	(61) 32519487	<b>E-mail:</b>	aragonm@paho.org

## 2. CONTEXTO

O Termo de Cooperação nº 69 (TC nº 69), intitulado “Vigilância em Saúde Ambiental e do Trabalhador no SUS”, teve início em dezembro de 2011, com sua vigência prorrogada até dezembro de 2021. É por meio dele que a Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) e o atual Departamento de Saúde Ambiental, do Trabalhador e Vigilância das Emergências em Saúde Pública, da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde (DSASTE/SVS/MS), mantêm atividades de cooperação técnica nas áreas de vigilância em saúde ambiental e saúde do trabalhador.

O TC 69 foi estabelecido com o intuito de prover cooperação técnica ao Governo Brasileiro no atendimento às prioridades relacionadas nas políticas públicas sistematizadas no Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental (SINVSA) e Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT). Em 2009, diante da estruturação do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (DSAST), o projeto tem como propósito o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde, com foco na eliminação e minimização dos riscos, prevenção doenças e agravos, intervindo nos determinantes do processo saúde-doença decorrentes dos modelos de desenvolvimento, dos processos produtivos e da exposição ambiental, visando a promoção da saúde da população. O projeto também está relacionado à concentração de esforços na redução dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, mediante a execução de ações de promoção, reabilitação e vigilância na área de saúde e implantação da PNSTT.

Para tanto, o TC 69 desenvolve suas atividades considerando quatro resultados principais: (RE1) SINVSA e análise de situação em saúde ambiental fortalecidas; (RE2) PNSTT e análise de situação de saúde do trabalhador fortalecidas; (RE3) Gestão de conhecimento e informação em vigilância em saúde ambiental (VSA) e saúde do trabalhador (ST) desenvolvidas; e (RE4) Cooperação Sul-Sul em saúde ambiental e saúde do trabalhador fortalecidas.

No primeiro semestre de 2021 se manteve o contexto da pandemia de COVID-19, declarada como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 30 de janeiro de 2020, como Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), pelo Ministério da Saúde do Brasil (por meio da Portaria nº 188, de 3 fevereiro de 2020). Por esse motivo, foi necessária a revisão do planejamento realizado, sendo necessária a postergação de algumas ações e execução de outras. O DSASTE e a OPAS/OMS não pouparam esforços para dar continuidade à cooperação técnica com o mínimo de impactos possíveis.

## 3. 1º SEMESTRE DE 2021

### 3.1 AVANÇOS DO PROJETO BASEADOS NOS RESULTADOS ESPERADOS

#### 1) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	1	Sub-Sistema nacional de Vigilância em Saúde Ambiental - SINVISA e análise de situação em saúde ambiental fortalecidas.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	*Nº notificações de intoxicações exógenas no SINAN (base anual); *Nº áreas com populações expostas a contaminantes químicos (base anual); *Percentual de municípios com inf. Do Sist.de Vigil.da qualid.da água p/ consumo humano (SISÁGUA); *Perc. de estados com comitês estaduais de saúde em sit. de desastres instituídos ou tema Saúde em desastres inserido em Comitê Estadual de Saúde já existente (base anual); *Percentual de municípios com aplicação do Instrumento de identificação de municípios de risco à poluição atmosférica (IIMR); *Nº de estudos de situação em saúde ambiental publicados (base anual).	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	N/A	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:		18
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:		2

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

No primeiro semestre de 2021, dentre as ações vinculadas ao Resultado 1 da Matriz Lógica do TC 69 programadas no Plano de Trabalho Anual 2021, relacionadas ao fortalecimento do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental (SINVSA) e análise de situação em saúde ambiental, destacam-se:

- Realização de reuniões, elaboração de material técnico, revisão e atualização de instrumentos de VSA, dentre os quais destacam-se: instrumento de coleta de informação quantitativo e qualitativo sobre os avanços da implementação dos Planos de Segurança da Água (PSA) no Brasil, avaliação da cobertura das ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano, análise e priorização de municípios quanto à água segura e a identificação de vulnerabilidades em relação à qualidade da água e as informações no Sisagua, proposta de ampliação do Sistema de Informações de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Solo Contaminado (SISSOLO), avaliação da aplicação de metodologias de avaliação de risco à saúde humana por órgãos ambientais e pelo Setor Saúde, análise das contribuições da Vigilância em Saúde Ambiental e Qualidade do Ar no Brasil para a Agenda Convergente Mobilidade Sustentável e Saúde, análise do instrumento de avaliação de risco de evento de saúde pública utilizado pelo Centro de Informações Estratégicas e Resposta de Vigilância em Saúde (CIEVS), proposta de metodologia para avaliação de risco em situações de emergência em saúde pública, proposta de estratégias e instrumentos para investigação e critérios análise de relevância dos eventos de desastres na Rede Centro de Informações Estratégicas e Resposta de Vigilância em Saúde, orientações para coleta, descrição dos insumos da fase pré-analítica, requisitos de acondicionamento e transporte de amostras de água e solo contaminadas por poluentes orgânicos em situações de emergência de saúde pública.

- Realização do Seminário Internacional de Biomonitoramento Humano de Substâncias Químicas, com o objetivo de reunir as melhores experiências nacionais e internacionais no tema para subsidiar as discussões que subsidiarão a implementação do Programa de Biomonitoramento Humano de Substâncias Químicas no Brasil. O evento, realizado no formato virtual, contou com a participação de gestores, técnicos e pesquisadores especialistas no tema de biomonitoramento nacionais e internacionais. Vale destacar, ainda, a criação da Rede Brasileira de Biomonitoramento (RBB) que, dentre outras atribuições, apoiará a estruturação do Programa de Biomonitoramento Humano de Substâncias Químicas no Brasil.

- No que se refere à elaboração de estratégias de monitoramento da saúde de populações expostas as substâncias químicas prioritárias, dentre as ações desenvolvidas destacam-se: avaliação da implementação das ações da vigilância de populações expostas a agrotóxicos, monitoramento da execução do Plano Setorial de Implementação da Convenção de Minamata sobre Mercúrio, consolidação de orientações para a vigilância em saúde de populações expostas a mercúrio nas esferas estadual e municipal, proposição de guia para manejo de passivos de equipamentos e resíduos contendo mercúrio metálico em serviços de saúde, análise da capacidade laboratorial instalada no Brasil para análise de amostras biológicas da população brasileira para implementação do Biomonitoramento de substâncias químicas elencadas nas Convenções de Estocolmo e Minamata.

- Realização do Webinar “Nova portaria de potabilidade da água para consumo humano”, para apresentação das principais alterações da nova norma e seu processo de revisão. O evento virtual foi aberto a toda a sociedade, voltado principalmente para gestores e técnicos das secretarias de saúde estaduais e municipais, responsáveis pelo abastecimento de água para consumo humano, órgãos de controle, academia e organizações não governamentais com atuação relacionada à água para consumo humano.

- Início da implementação do projeto para revisão das estimativas dos riscos relativos e da Fração Atribuível Populacional de doenças e agravos selecionados em decorrência da exposição a poluentes derivados da queima de biomassa para todas as capitais brasileiras localizadas no Cerrado e Amazônia legal. O projeto visa à identificação dos agravos/doenças mais sensíveis em termos de morbidade e mortalidade relacionadas às variações dos níveis de poluição atmosférica no cerrado e Amazônia Legal em decorrência da queima de biomassa, identificação dos riscos e frações atribuíveis populacionais para os agravos identificados, e formular recomendações à VSA a respeito de indicadores ambientais e de saúde passíveis de monitoramento pelas esferas federal, estadual e municipal.

- Desenvolvimento e início da implementação do "Curso piloto de análise de situação de saúde ambiental (ASISA) - incêndios florestais e queimadas", direcionado aos profissionais do Ministério da Saúde e das secretarias de saúde de municípios e estados com atuação nas áreas de VSA na região de maior ocorrência de incêndio florestal e queimadas. A capacitação dos profissionais prevê a elaboração de notas técnicas com base nas análises realizadas a partir das especificidades territoriais, com o intuito de contribuir com a comunicação de risco e apoiar a tomada de decisões em âmbito local.

- Início do desenvolvimento do curso EAD Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos (VSPEA) que tem, dentre seus principais objetivos, a capacitação de profissionais para atuação na VSPEA em todo o Brasil; difundir conhecimentos sobre as normas, diretrizes, objetivos e principais instrumentos da VSPEA; disseminar o entendimento sobre a importância da atuação integrada e articulação com os setores que possuem interfaces com o tema;

descentralizar as ações da VSPEA para as Secretarias Municipais de Saúde; aperfeiçoar a atuação no território, diante dos diferentes contextos da exposição aos agrotóxicos; e desenvolver a compreensão sobre a avaliação dos dados e informações para identificar a saúde das populações expostas aos agrotóxicos e sobre as medidas a serem adotadas em situações de risco à saúde da população.

- Discussão técnica e proposta de portaria de implantação do Início do Programa Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental relacionado aos Desastres de Origem Natural e Antrópica.

- Dentre os subsídios para o “Encontro Nacional da Rede de Vigilância, Alerta e Resposta (Rede CIEVS) – Experiências exitosas”, destacam-se: identificação e análise dos instrumentos utilizados pelo CIEVS para a vigilância de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e proposta de instrumento de avaliação de risco de evento de saúde pública do Centro de Informações Estratégicas e Resposta de Vigilância em Saúde (CIEVS).

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

O primeiro semestre de 2021 foi marcado pela continuidade da emergência em saúde pública em função da pandemia pela COVID-19. As recomendações de distanciamento social e restrições de viagens foram mantidas, o que levou à necessidade de adequação das atividades previstas na cooperação técnica, considerando as prioridades institucionais, da OPAS/OMS e da contraparte (DSASTE/SVS/MS). Todas as reuniões e eventos presenciais, viagens, assessorias técnicas de monitoramento das ações de VSA e ST foram canceladas, adiadas, ou de acordo com as possibilidades, realizadas por meio virtual, de forma a priorizar as discussões e contribuir para o avanço da agenda de saúde ambiental. Dentre as estratégias adotadas, destacam-se o fortalecimento da articulação e realização de reuniões técnicas por meios virtuais de comunicação e a implementação de Cartas Acordo relacionadas às temáticas de qualidade do ar e saúde e de exposição humana a contaminantes químicos, que têm previsão de conclusão para o próximo semestre.

Em relação às ações planejadas que foram impactadas pelas medidas de restrição, vem sendo realizada a revisão do PTA de forma a viabilizar o alcance das metas e resultados previstos na Cooperação Técnica.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Destaca-se que o PTA 2021 possui 18 ações previstas no RE 1, das quais 2 foram finalizadas e 10 foram iniciadas e seguem em implementação. Todas as ações previstas serão finalizadas no segundo semestre de 2021. No que se refere aos indicadores estabelecidos na Matriz Lógica do TC destaca-se que:

a) As ações desenvolvidas, relacionadas às discussões e revisão dos instrumentos de VSA, estruturação do Programa de Biomonitoramento Humano de Substâncias Químicas, elaboração de estratégias de monitoramento da saúde de populações expostas às substâncias químicas prioritárias, contribuem para a notificação de intoxicações exógenas no SINAN, melhoria das análises dos dados, e apoiam a implementação da ampliação do SISOLO e aperfeiçoamento de ações relacionadas à exposição humana em áreas contaminadas.

b) A revisão da portaria de potabilidade da água, realização de articulação com estados e municípios, evento virtual para ampla discussão e avaliação sistemática da cobertura, considerando a análise e priorização de municípios e a identificação de vulnerabilidades, contribuem para a intensificação das ações de da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano e ampliação da inserção de informações no SISAGUA.

c) Os projetos relacionados à qualidade do ar e saúde realizados considerando os incêndios florestais e queimadas, a qualificação dos profissionais das esferas federal, estadual e municipal, bem como a proposição das Diretrizes Nacionais para a Vigilância em Saúde Ambiental e Qualidade do Ar no Brasil, contribuem para a identificação de situações de risco de exposição humana à poluição atmosférica e viabiliza a adoção de abordagens territorializadas e oportunas.

## 2) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	2 Política Nacional de Saúde do Trabalhador e análise de situação de saúde do trabalhador fortalecidas.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	*Nº Cerests desenvolvendo ações programadas de Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT); *Percentual de municípios com população acima de 50 mil habitantes com instância de coordenação de saúde do trabalhador estabelecida (base anual); *Nº de estudos de situação em saúde do trabalhador publicados (base anual); *Nº de notificações compulsórias dos agravos relacionados ao trabalho (base anual).
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	N/A
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	5
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	0

## a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

As ações programadas para o Resultado 2 da Matriz Lógica do TC 69, a serem realizadas no decorrer do ano de 2021 estão relacionadas ao fortalecimento da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) e da análise de situação de saúde do trabalhador, mais especificamente por meio da qualificação das ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT) nos Centros de Referência em Saúde do trabalhador (Cerest) e pelo fortalecimento da coordenação das ações de saúde do trabalhador nos municípios com população superior a 50 mil habitantes. No decorrer do primeiro semestre de 2021 destacam-se os seguintes avanços:

- Realização de reuniões e elaboração de material técnico como subsídios para as ações de saúde do trabalhador, incluindo a consolidação de subsídios para o IX Encontro Nacional da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) – RENASTÃO (a ser realizado no segundo semestre de 2021), com destaque para: estratégias de fortalecimento da vigilância e atenção integral à saúde dos trabalhadores em contexto de trabalho escravo contemporâneo, estratégias para prevenção de doenças e agravos relacionados ao trabalho e promoção da saúde dos trabalhadores, de acordo com os cenários de riscos das atividades desenvolvidas pelo Microempreendedor Individual (MEI), reestruturação do capítulo de pneumoconiose do Guia de Vigilância em Saúde Ambiental, análises relacionadas ao Indicador de Saúde do Trabalhador do Plano Nacional de Saúde 2020/2023, além do monitoramento das contaminações de trabalhadores por COVID-19.

Ainda nesse contexto, destaca-se a elaboração das “Diretrizes para Atenção Integral à Saúde dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Fumicultura”, elaborado de forma coletiva, contando com a participação de especialistas, profissionais de saúde e representantes de movimentos sociais de municípios. Após a validação do MS, além de subsidiar as ações no território, o documento contribui para o processo de implementação do Artigo 18 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT/OMS) no Brasil.

- Realização do acompanhamento do processo de gestão da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) nas esferas federal, estadual e municipal por meio do monitoramento e avaliação dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) do Brasil.

No intuito de fortalecer a Renast, está em desenvolvimento a revisão, atualização e adaptação para o território nacional, os seguintes documentos orientadores para as ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador (Visat): Orientações Técnicas para Ações de Vigilância de Ambientes e Processos de Trabalho; Orientações técnicas para ações de vigilância de ambientes e processos de trabalho agrícola; e Guia para Análise da Situação de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

Ainda no contexto de fortalecimento da Renast, foi desenvolvido e está sendo implementado o Curso de Atualização para Análise de Situação de Saúde do Trabalhador (ASST) aplicada aos serviços de saúde. A capacitação dos

profissionais dos serviços de saúde irá preparar técnicos e gestores para executar ações de ASST no território e fornecerá subsídios técnicos para a identificação dos fatores de risco para o desenvolvimento das doenças e agravos relacionados ao trabalho, para a prevenção e a redução de custos com a seguridade social.

Destaca-se, ainda, o desenvolvimento do SISVISAT, sistema de informação destinado ao apoio e registro das ações de vigilância de ambientes e processos de trabalho, e a realização do processo de capacitação e validação do sistema e seus fluxos junto a Cerest de todas as regiões do país.

**b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes**

O primeiro semestre de 2021 foi marcado pela continuidade da emergência em saúde pública em função da pandemia pela COVID-19. As recomendações de distanciamento social e restrições de viagens foram mantidas, o que levou à necessidade de adequação das atividades previstas na cooperação técnica, considerando as prioridades institucionais, da OPAS/OMS e da contraparte (DSASTE/SVS/MS). Todas as reuniões e eventos presenciais, viagens, assessorias técnicas de monitoramento das ações de VSA e ST foram canceladas, adiadas, ou de acordo com as possibilidades, realizadas por meio virtual, de forma a priorizar as discussões e contribuir para o avanço na agenda de saúde do trabalhador. Dentre as estratégias adotadas, destacam-se o fortalecimento da articulação e realização de reuniões técnicas por meios virtuais de comunicação e a implementação de Cartas Acordo relacionadas à revisão de documentos estratégicos para a agenda nas esferas federal, estadual e municipal de gestão, sistematização de informações e capacitação de profissionais nas ações de saúde do trabalhador. Algumas das Cartas Acordo estão em desenvolvimento, com previsão de conclusão para o próximo semestre.

Em relação às ações planejadas que foram impactadas pelas medidas de restrição, vem sendo realizada a revisão do PTA de forma a viabilizar o alcance das metas e resultados previstos na Cooperação Técnica.

**c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas**

Destaca-se que o PTA 2021 possui 5 ações previstas, das quais 3 foram iniciadas e seguem em implementação. Todas as ações previstas serão finalizadas no segundo semestre de 2021. Considerando os indicadores previstos na Matriz Lógica do TC, destaca-se a realização de reuniões e elaboração de material técnico para as ações de saúde do trabalhador, incluindo diretrizes e orientações técnicas relacionadas a estratégias de fortalecimento da vigilância e atenção integral à saúde dos trabalhadores, prevenção de doenças e agravos relacionados ao trabalho e promoção da saúde dos trabalhadores, desenvolvimento e implementação de sistema de informação para qualificação dos dados em saúde do trabalhador, bem como a capacitação de profissionais de saúde para ações de ASST no território, contribuem para o fortalecimento das ações dos Cerest e gestão em saúde do trabalhador nos municípios, e para a qualificação das ações relacionadas à notificação dos agravos relacionados ao trabalho e às análises de situação em saúde do trabalhador.

## 3) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	3	Gestão do conhecimento e informação em vigilância em saúde ambiental (VSA) e saúde do trabalhador (ST) desenvolvidas.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	*Nº de profissionais capacitados nas áreas de vigilância em saúde ambiental e saúde do trabalhador (base anual); *Nº de publicações nas áreas de vigilância em saúde ambiental e saúde do trabalhador (base anual); *Nº de eventos técnico*científicos realizados (base anual); *Estratégia de gestão do conhecimento e informação desenvolvida para o Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (base anual).	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	N/A	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:		4
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:		0

## a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

O Resultado 3 da Matriz Lógica do TC 69 está relacionado à gestão de conhecimento e informação em vigilância em saúde ambiental (VSA) e saúde do trabalhador (ST), e as ações previstas para serem realizadas no decorrer do ano de 2021 incluem a formação e qualificação de recursos humanos em vigilância em saúde ambiental e saúde do trabalhador e em emergências em saúde pública por desastres, e desenvolvimento de documentos e instrumentos para o fortalecimento das ações de saúde do trabalhador. No decorrer do primeiro semestre de 2021, destacam-se os seguintes avanços:

- Elaboração de estudos e boletins epidemiológicos sobre transtornos mentais e suicídio relacionados ao trabalho; morbimortalidade por doenças transmissíveis relacionadas ao trabalho; custos hospitalares com acidentes ocupacionais por picadas de animais peçonhentos; e acidentes de trabalho envolvendo motocicletas.
- Realização de Oficinas de revisão e atualização de documentos orientadores de Vigilância de Ambientes e Processos de Trabalho, com o objetivo de conhecer experiências de Cerest Estaduais e Regionais sobre vigilância de ambientes e processos de trabalho para subsidiar o processo de revisão das Orientações Técnicas a serem utilizadas em âmbito nacional: Orientações Técnicas para Ações de Vigilância de Ambientes e Processos de Trabalho; Orientações técnicas para ações de vigilância de ambientes e processos de trabalho agrícola; e Guia para Análise da Situação de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora
- Início da discussão e desenvolvimento de documentos de promoção da saúde trabalhador para os Microempreendedores Individuais (MEI), em alinhamento com a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) no que se refere ao desenvolvimento de ações intra e intersetoriais de modo a viabilizar a adequada análise de situação, estabelecimento de prioridades, tomada de decisão e monitoramento das ações, considerando inclusive o novo cenário relacionado à criação de MEIs.
- Desenvolvimento e implementação do Curso de Atualização para Análise de Situação de Saúde do Trabalhador (ASST) aplicada aos serviços de saúde. A capacitação dos profissionais dos serviços de saúde irá preparar técnicos e gestores para executar ações de ASST no território e fornecerá subsídios técnicos para a identificação dos fatores de risco para o desenvolvimento das doenças e agravos relacionados ao trabalho, para a prevenção e a redução de custos com a seguridade social.
- Discussão e desenvolvimento de documentos relacionados a: análise do e-SUS e interfaces com a Vigilância em Saúde Ambiental; produção de indicadores de saúde ambiental pela Vigilância de populações expostas a substâncias químicas (VIGIPEQ); análises de dados de mortalidade por doenças atribuídas a serviços inseguros de Água, Saneamento e Higiene (WASH) no Brasil; ocorrência de doenças de veiculação hídrica e qualidade da água para consumo humano; indicadores, tendências e desfechos de saúde relacionados às queimadas na Amazônia e

Cerrado; proposta de análise de dados sistemática com os sistemas de informação de interesse para a Saúde do Trabalhador; análises epidemiológicas relacionadas a trabalho e COVID-19; análise de notificações de doenças e agravos relacionados ao trabalho na área de abrangência dos Cerest; e indicadores para análise da capacidade nacional para resposta em situações de emergência em saúde pública (ESP).

**b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes**

O primeiro semestre de 2021 foi marcado pela continuidade da emergência em saúde pública em função da pandemia pela COVID-19. As recomendações de distanciamento social e restrições de viagens foram mantidas, o que levou à necessidade de adequação das atividades previstas na cooperação técnica, considerando as prioridades institucionais, da OPAS/OMS e da contraparte (DSASTE/SVS/MS). Todas as reuniões e eventos presenciais, viagens, assessorias técnicas de monitoramento das ações de VSA e ST foram canceladas, adiadas, ou de acordo com as possibilidades, realizadas por meio virtual, de forma a priorizar as discussões e contribuir para o avanço na agenda de saúde do trabalhador. Dentre as estratégias adotadas, destacam-se o fortalecimento da articulação e realização de reuniões técnicas por meios virtuais de comunicação e a implementação de Cartas Acordo relacionadas à formação e qualificação de recursos humanos em saúde do trabalhador e desenvolvimento de documentos e instrumentos para o fortalecimento das ações de vigilância em saúde ambiental, saúde do trabalhador e vigilância das emergências em saúde pública. Algumas das Cartas Acordo estão em desenvolvimento, com previsão de conclusão para o próximo semestre.

Em relação às ações planejadas que foram impactadas pelas medidas de restrição, vem sendo realizada a revisão do PTA de forma a viabilizar o alcance das metas e resultados previstos na Cooperação Técnica.

**c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas**

Foram previstas 4 ações no PTA2021, tendo todas elas sido iniciadas no decorrer do primeiro semestre, com perspectiva de serem finalizadas no segundo semestre. Considerando os indicadores previstos na Matriz Lógica do TC, destaca-se que foram desenvolvidos e vem sendo implementados cursos destinados à capacitação de profissionais para qualificação da atuação nas áreas de vigilância em saúde ambiental (análise de situação de saúde ambiental (ASISA) para incêndios florestais e queimadas) e saúde do trabalhador (Análise de Situação de Saúde do Trabalhador (ASST) aplicada aos serviços de saúde). Ainda nessa perspectiva, está em desenvolvimento o curso EAD de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos (VSPEA), também destinado a absorver profissionais de todas as esferas de gestão do SUS. No que se refere às publicações, além das discussões e elaboração de documentos técnicos, vale destacar a publicação de boletins epidemiológicos de saúde do trabalhador. Finalmente, vem sendo realizadas iniciativas relacionadas à análise de situação de saúde como forma de aprimorar o processo de gestão das informações para o Departamento de Saúde Ambiental, do Trabalhador e Vigilância das Emergências em Saúde Pública (DSASTE).

**4) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)**

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	4	Cooperação Sul-Sul em saúde ambiental e saúde do trabalhador fortalecidas.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	*Nº de atividades de cooperação Sul*Sul nas áreas de saúde ambiental e saúde do trabalhador (base anual). *Nº de publicações para cooperação Sul*Sul publicadas (base annual).	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	N/A	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:		0
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:		0

**a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA**

Não foram programadas ações relacionadas ao Resultado Esperado nº 4 no PTA/2021.

**b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se**

existentes

Não se aplica

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Não se aplica

### 3.2 CONTRIBUIÇÃO ÀS PRIORIDADES DO GOVERNO E AO PLANO ESTRATÉGICO DA OPAS

Mesmo considerando o contexto da pandemia de COVID-19, houve avanços importantes em diversos eixos para as agendas de vigilância em saúde ambiental (VSA) e saúde do trabalhador (ST).

No que se refere à agenda de VSA, as principais contribuições estão relacionadas ao processo de revisão da portaria que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade (Portaria GM/MS Nº 888, de 4 de maio de 2021), a consolidação de subsídios para estruturação e integração da Rede Brasileira de Biomonitoramento Humano de Substâncias Químicas e apoio à realização do Seminário Internacional de Biomonitoramento Humano de Substâncias Químicas.

As principais contribuições relacionadas à agenda de ST, destacam-se os estudos e boletins epidemiológicos sobre transtornos mentais e suicídio relacionados ao trabalho; morbimortalidade por doenças transmissíveis relacionadas ao trabalho; custos hospitalares com acidentes ocupacionais por picadas de animais peçonhentos; e acidentes de trabalho envolvendo motocicletas, o desenvolvimento das “Diretrizes para Atenção Integral à Saúde dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Fumicultura”, estruturação e apoio à validação do SISVISAT, sistema de informação destinado ao apoio e registro das ações de vigilância de ambientes e processos de trabalho.

Vale ressaltar que a cooperação técnica está alinhada às agendas nacional e regional.

No que se refere à contribuição relacionada às prioridades do governo, as ações programadas, e em desenvolvimento no contexto da cooperação técnica, estão alinhadas ao objetivo 3 do Plano Nacional de Saúde (PNS) – “Reduzir ou controlar a ocorrência de doenças e agravos passíveis de prevenção e controle”, na medida em que contribuem para as metas:

- \* 3 - Alcançar 60% dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) regionais e municipais com atuação satisfatória;
- \* 4 - Alcançar 60% de municípios desenvolvendo ação de vigilância de qualidade da água para consumo humano; e
- \* 5 - Implantar em 60% dos municípios prioritários a Vigilância de Populações Expostas a Agrotóxicos (VSPEA).

Com relação ao Plano Estratégico da OPAS/OMS 2020/2025, as ações que em sendo desenvolvidas pelo DSASTE/SVS/MS vão permitir que o Brasil atue sobre as situações de risco à saúde decorrentes das condições de água e saneamento, elaborando e implementando políticas e estratégias intersetoriais com as demais políticas de saneamento e meio ambiente, contribuindo para o alcance do Resultado Intermediário (RIT) 18 - Determinantes sociais e ambientais, especialmente no que se refere à utilização de serviços de água potável e de saneamento gerenciados de forma segura e instalações para lavagem das mãos com água e sabão, avanços relacionados ao cumprimento das diretrizes da OMS sobre a qualidade do ar e saúde, e no fortalecimento das ações de saúde relacionadas à segurança química.

Vale ressaltar o alinhamento das ações propostas com o Plano de Ação sobre a Saúde dos Trabalhadores (2015-2025), no sentido de atuar na elaboração e atualização de legislação e regulamentos técnicos sobre a saúde dos trabalhadores, na identificação, avaliação prevenção e controle das condições e exposições perigosas no trabalho, e na ampliação do acesso a serviços de saúde para trabalhadores.

Merece destaque a contribuição da cooperação técnica no enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente da pandemia de COVID-19.

### 3.3 LIÇÕES APRENDIDAS/RECOMENDAÇÕES

O TC 69 vem apoiando o fortalecimento institucional do Ministério da Saúde, por meio do Departamento de Saúde Ambiental, do Trabalhador Vigilância das Emergências em Saúde Pública (DSASTE) na medida em que está possibilitando a qualificação de ações relacionadas ao fortalecimento da Rede Nacional de Saúde do Trabalhador (RENAST), vigilância da qualidade da água para consumo humano, vigilância em saúde de populações expostas a contaminantes químicos e poluentes atmosféricos, além da vigilância das emergências em saúde pública.

No decorrer do primeiro semestre de 2021 se manteve o cenário de emergência em função da pandemia pela COVID-19. Apesar desse importante obstáculo, a revisão das atividades previstas e a adoção de estratégias de comunicação virtual viabilizaram o avanço em diversas discussões técnicas importantes, tanto em saúde ambiental quanto em saúde do trabalhador. Vale destacar que muitos dos eventos e reuniões técnicas, ao serem realizados no formato virtual, permitiram a participação de uma quantidade ampliada, em número e representatividade, de atores relevantes nas discussões.

Tendo em vista que o TC 69 tem o encerramento de sua vigência previsto para dezembro de 2021, foi implantada uma estratégia mais intensa de monitoramento para garantir 100% de sua implementação e, dessa forma, alcançar os resultados previstos e planejados de forma integrada entre OPAS e MS. Dentre as ações adotadas diante do encerramento do TC, destaca-se a formalização de um Comitê Condutor do Processo, formado por integrantes de OPAS e do MS, no intuito de estabelecer uma metodologia e dar início ao processo de avaliação final do projeto. Essa iniciativa tem promovido uma maior e melhor coordenação entre ambas as instituições, com vistas a viabilizar a melhor análise e registro das conquistas, desafios e aprendizados obtidos ao longo dos 10 anos de cooperação técnica entre a OPAS e o DSASTE/SVS/MS.

Nesse sentido, recomenda-se a revisão do Plano de Trabalho Anual (PTA) 2021, considerando principalmente a perspectiva de encerramento do Termo de Cooperação previsto para o final do ano.

### 3.4 RESUMO SEMESTRAL: 1º SEMESTRE

RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações
1	18	2	0	50%
2	5	0	0	50%
3	4	0	0	50%
4	0	0	0	0%
Total:	27	2	0	50%

### 3.5 EXECUÇÃO FINANCEIRA (de acordo com o relatório financeiro oficial da OPAS/OMS)

Recursos repassados:	US\$ 13,688,661.59
Recursos desembolsados:	US\$ 12,360,304.91
Pendente de pagamento:	US\$ 406,919.30
Saldo:	US\$ 921,437.38